Otra Economía

Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria

# Reação negativa ao processo de incubação de empreendimento de Economia Solidária

Reacción negativa al proceso de incubación de un emprendimiento de Economia Solidaria

Negative reaction to the incubation process of a Solidarity Economy enterprise

**Sanyo Drummond***
sanyodrummond@yahoo.com.br

**Aline Pereira****
alinep.dasilva@hotmail.com

**Isabela Aquino*****
isabelaaquinolima@gmail.com

**Resumo:** O artigo pretende discutir, a partir da análise da dinâmica pulsional nas organizações, a possibilidade de existência de um processo de resistência à incubação de empreendimentos de economia solidária, em analogia ao que na clínica psicanalítica é denominado Reação Negativa ao Tratamento. Para isso analisou-se um caso específico de término do processo de incubação ocorrido em uma incubadora universitária de tecnologias sociais, a partir da perspectiva da psicanálise das organizações e da psicossociologia clínica. Partindo de estudos anteriores onde a dinâmica do empreendimento e o processo de incubação já haviam sidos descritos, conclui-se que as modificações ocasionadas pelo processo de incubação nas dinâmicas afetivas preexistentes intermediadas pelo empreendimento, possam ter levado a um processo análogo no âmbito institucional ao que a Reação Negativa ao Tratamento desempenha no âmbito individual, o que denominou-se Reação Negativa ao Processo de Incubação.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, incubação, psicossociologia, reação negativa ao tratamento.

CC BY NC SA

Otra Economía, vol. 15, n.28, 125-141 - julio/diciembre 2022 - ISSN 1851-4715 - Recibido: 10/06/202 - Aceptado: 19/11/2022

**CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO:** Drummond, S., Pereira, A., y Aquino, I. (2022). Reação negativa ao processo de incubação de empreendimento de Economia Solidária. *Otra Economía*, *15*(28), 125-141

* Professor na Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7269-2112
** Psicóloga pela Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3777-0602
*** Psicóloga estudiante de Magíster en la Universidad de Chile, Santiago, Chile. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4525-259X

**Resumen:** Este articulo busca discutir, a partir del análisis de la dinámica pulsional en las organizaciones, la posibilidad de existencia de un proceso de resistencia a la incubación de emprendimientos de economía solidaria, en analogía a lo que es conocido en la clínica psicoanalítica como Reacción Negativa al Tratamiento. Para esto, se analizó un caso específico del final de un proceso de incubación ocurrido en una incubadora universitaria de tecnologías sociales, a partir de la perspectiva del psicoanálisis de las organizaciones y de la psicosociología clínica. A partir de estudios anteriores en donde la dinámica del emprendimiento y el proceso de incubación ya habían sido descritos, se concluye que las modificaciones generadas por el proceso de incubación en las dinámicas afectivas preexistentes mediadas por el emprendimiento, pueden haber generado un proceso análogo en el ámbito institucional, lo que se llamó Reacción Negativa al Proceso de Incubación.
**Palabras clave:** Economia Solidaria, incubación, psicosociología, reacción negativa al tratamiento

**Abstract**: The article intends to discuss, from the analysis of the instinctual dynamics in organizations, the possibility of the existence of a process of resistance to the incubation of solidarity economy enterprises, in analogy to what in the psychoanalytic clinic is called Negative Reaction to Treatment. For this, a specific case of the end of the incubation process that occurred in a university incubator of social technologies was analyzed, from the perspective of the psychoanalysis of organizations and clinical psychosociology. Starting from previous studies where the dynamics of the enterprise and the incubation process had already been described, it is concluded that the changes caused by the incubation process in the preexisting affective dynamics mediated by the enterprise, may have led to an analogous process in the institutional scope to what the Negative Reaction to Treatment performs at the individual level, which is called Negative Reaction to the Incubation Process.
**Keywords:** Solidarity Economy, incubation, psychosociology, negative reaction to treatment

## Introdução

O desenvolvimento de processos de incubação de empreendimentos de Economia Solidária nos remete a uma série de diferentes desafios que vão desde aspectos teóricos e educacionais, até a elaboração de normas e procedimentos técnicos e administrativos. No entanto, em todos esses âmbitos, podemos perceber como elemento que os perpassa a presença da dimensão psicossocial, ao mesmo tempo os influenciando e sendo por eles influenciada. Tal dimensão, por sua vez, se apresenta a partir de um conjunto de processos psíquicos que, ainda que articulados, podem ser pensados em suas especificidades.

Um desses processos são os mecanismos de defesa psíquica em relação à organização do trabalho. Apesar de encontrar um ambiente com possibilidade de menor agressão ao psiquismo nas situações de autogestão, esses mecanismos não deixam de existir, pois, ainda que se considere a possibilidade teórica de superação do conflito capital-trabalho na economia solidária, ainda se mantem o conflito sujeito-organização inerente a toda organização produtiva. E com ele a decorrente necessidade do trabalhador se defender psiquicamente da organização do trabalho, ainda que autogestionário. A compreensão dessas defesas se mostra então um importante passo para o desenvolvimento de processos de fomento à economia solidária, dentre eles, os processos de incubação.

A consideração dos processos de defesa psíquica em relação ao trabalho tem por base o ultrapassamento da noção de defesa psíquica como um ato ligado somente à organização intrasubjetiva,

envolvendo também aspectos sociais e grupais. Porém, para além da dimensão social, percebe-se a especificidade dessas defesas em relação a processos sociotécnicos e organizacionais ligados a situações específicas de trabalho ou profissões. Essas geralmente não são compartilhadas socialmente, o que remete o sujeito a construções compreensivas e a posicionamentos defensivos construídos a partir de seus grupos de pertença laboral (Dejours *et al.*, 2004).

Essa situação se mostra ainda mais ressaltada em relação ao trabalho no âmbito da economia solidária, em função de sua diferença em relação ao modelo hegemônico de organização do trabalho, frente ao qual se estruturam as compreensões e os mecanismos defensivos compartilhados pela maioria das pessoas. A isso se somam construções interpretativas que ainda não estão solidamente estruturadas e se baseiam em uma ausência de significações compartilhadas que remetem essas interpretações mais a uma dimensão desiderativa do que a um discurso organizado socialmente (Meira & Freitas, 2012). A ausência de significações solidamente estruturadas é reforçada pela utilização de um conjunto de concepções extraídas de situações que são alheias à economia solidária. Estas, além de não possibilitarem uma compreensão da situação específica de suas relações de trabalho, inibem essa compreensão e criam uma série de problemas extras derivados de sua adoção (Pires *et al*., 2013).

A mesma situação pode ser percebida também no âmbito acadêmico. A produção sobre economia solidária, por se estruturar em grande parte como uma área de estudos secundária para a maioria dos pesquisadores que publicam estudos sobre o tema, leva a formulações teóricas onde os conceitos utilizados adquirem sentidos variados (Meira & Freitas, 2012). Considerando a importância das universidades no fomento da economia solidária, por meio das incubadoras de empreendimentos de economia solidária ou tecnologias sociais, além dos aspectos teóricos, também os processos metodológicos de incubação demandam uma constante atenção e vigilância crítica por parte dos pesquisadores e técnicos dessas incubadoras (Pires, 2017).

Essa vigilância, no entanto, não deve se resumir a uma análise conceitual das estruturas técnicas, discursivas ou ideológicas das construções teóricas ou metodológicas desses processos de incubação que, além dos empreendimentos incubados em si, são também produtos deles decorrentes. Aqui a dimensão psicossocial se mostra como um elemento de grande importância no qual o desejo e as expectativas, dos membros dos empreendimentos e das equipes técnicas das incubadoras atuam de forma constante, mas muitas vezes não percebida, e principalmente, não analisada (Carvalho & Pires, 2004).

Uma possibilidade de inserção da dimensão psicossocial nessa vigilância, parte justamente da análise dos mecanismos defensivos em relação ao trabalho na economia solidária. No caso dos processos de incubação, essa análise vai se concentrar principalmente na mudança das ações defensivas em relação ao trabalho possibilitadas pelas novas formas de se posicionar frente ao trabalho que o empreendimento de economia solidária oferece. Essa mudança, geralmente, é uma constante nos processos de incubação, pois, mesmo que o sujeito não possuísse uma trajetória laboral anterior ligada a processos heterônomos de organização do trabalho, em função da construção social desses mecanismos defensivos, ele tende a incorporá-los dos seus grupos de pertença social, e utilizá-los ainda que de forma inconsciente (Pires *et al*., 2013).

A partir da compreensão da dimensão psicossocial na constituição dos mecanismos defensivos estruturados em relação ao trabalho, seria possível estabelecer uma analogia entre o processo de análise das resistências nos processos clínicos voltados para o sujeito, conforme proposto pela psicanálise e o processo de análise das resistências à dinâmica de modificação de posicionamento frente ao trabalho, possibilitado pela organização autogestionária do empreendimento (Pires, 2018). Tal proposta encontra fundamento já em Freud ([1939] 1996) que na análise da constituição da religião judaica, nos indicava o uso dos elementos da clínica do sujeito, pensado na sua individualidade, como passiveis de utilização,

ainda que ponderada, na análise de grupos e instituições. Nesse sentido, como nos mostra Enriquez (2005), elementos como as dinâmicas pulsionais e do desejo poderiam ser também analisadas dentro do contexto da organização do trabalho.

A proposta do presente artigo é analisar um caso de defesa em relação ao processo de incubação de um empreendimento de economia solidária (EES) no ramo cultural. No caso em análise, procuramos destacar mais especificamente a manifestação do sentimento de culpa como elemento inibidor do desenvolvimento do EES, principalmente no que tange a resistência à sua formalização jurídica e a incorporação de processos técnicos de gestão na dinâmica do EES. Procura-se então analisar essa resistência fazendo uma analogia ao que na clínica individual é compreendido como Reação Negativa ao Tratamento, colocando em questão a possibilidade de uma manifestação análoga a esse processo dentro do âmbito das organizações produtivas.

## 1.1. A resistência ao trabalho autogestionário

O conceito de resistência em economia solidária geralmente aparece em relação ao ato de resistir às determinações econômicas e sociais dos modelos heterogestionários de produção ou a situações de exclusão social. Porém pouco se fala do ato de resistência do trabalhador à organização produtiva autogestionária. Uma interpretação possível da pouca utilização desse segundo sentido do termo 'resistência' parte de um equívoco, no qual se iguala o conflito capital-trabalho como o conflito sujeito-organização. Embora esse segundo se refira a um conflito ainda mais anterior, ou seja, o conflito sujeito-civilização, ele possui especificidades que o diferencia da relação conflitiva mais geral.

Isso ocorre pelo fato do trabalho, além de mediar relações entre as pessoas e as coisas, também mediar formas de satisfação pulsional, principalmente quando o sujeito pode ter um papel mais ativo na determinação da organização do trabalho. Nesse caso, onde o trabalho é escolhido pelo próprio sujeito e em consonância com suas inclinações pessoais possibilitar-se-ia que o trabalho ocorresse em paralelo com os processos de sublimação (Freud, [1930]1996).

Segundo Dejours (2013) a sublimação, além de uma descarga pulsional articulada com as vivências intrapsíquicas do sujeito, também demanda o reconhecimento do outro como algo dotado de valor, seja ele funcional ou estético, bem como por parte do próprio sujeito, no que se refere a um sentido ético de sua atividade. Esse reconhecimento, por sua vez, precisa ser compreendido a partir de duas perspectivas. A primeira é que o trabalho realiza uma transformação não só na matéria trabalhada, mas também no próprio sujeito. A segunda é que o trabalho real, vivo, realizado pelo sujeito, sempre escapa as prescrições, ainda que estas tenham sido estabelecidas por acordos normativos realizados entre os próprios trabalhadores. A sublimação, ou seja, a criação de algo pelo sujeito para além da prescrição (da norma social, ou de uma atribuição social de valor do trabalho), vai estar em todo tipo de trabalho, seja ele coletivo ou individual, hétero ou autogestionário.

A sublimação, por ser uma expressão pulsional de um desejo, que interditado, se adequa às normas sociais, está mais ligada ao recalque e às defesas psíquicas que ao prazer. Mas, diferente do recalque (no qual a satisfação se dá por meio da substituição do significante), na sublimação algo da meta anterior sempre escapa, não como sintoma, marcado no próprio sujeito, mas como transformação do mundo externo (Freud, [1910]1996).

Para além de uma ação de submissão do sujeito à norma social, a sublimação vai remeter o sujeito à obra e não à instituição, enquanto articulação de normas, artefatos, papéis sociais e expectativas. Ela instaura a articulação entre o trabalho real e o sujeito que o realiza em oposição conflitiva à organização do trabalho. E a defesa do sujeito frente à organização vai ser uma defesa frente à tentativa da organização de reduzir o reconhecimento do trabalhador a um olhar do outro, através da afirmação de si e de um sentido de si expresso na obra (Dejours, 2013).

Nesse sentido, o trabalho, ainda que autogestionário, ainda que estruturado a partir dos princípios da solidariedade e do respeito mútuo, ao ocorrer dentro de um processo coletivo, não só de fabricação, mas de atribuição social de valor, vai causar sempre uma resistência por parte do trabalhador, que pode se referir não só à organização do trabalho, mas também à organização em si e ao sentido de ser do empreendimento. De uma forma ou de outra, então, o trabalhador vai se defender em relação ao trabalho e à instituição, inclusive na economia solidária.

## 1.2. A resistência psíquica ao processo de mudança na organização do trabalho

Os processos de satisfação e descarga psíquica, principalmente os criados em condições nas quais o sujeito não tem muita flexibilidade para organizá-las (como no caso das situações heterogestionárias de trabalho), tendem a criar formas inconscientes e compulsivas de descarga psíquica. Essas formas de satisfação, uma vez estabelecidas, criam mecanismos defensivos que buscam manter essa organização da dinâmica psíquica e resistir às mudanças que possam ameaçá-la (Freud, [1925]1996). Tais mecanismos defensivos, por se organizarem de forma a responder e adequar o sujeito às dinâmicas repressivas sociais tende a sustentar comportamentos e situações nas quais o sujeito às reforce e se mantenha a elas ligado (Freud, [1926]1996 b).

A economia solidária e os processos de organização autogestionária criam espaços nos quais o trabalhador pode intervir de maneira mais sistemática na organização do trabalho, não como transgressão, como no caso do trabalho heterogestionário, mas como exercício de autonomia. Essa, porém, coloca para o sujeito uma dupla demanda. A primeira é a necessidade de participação na estruturação de um discurso dentro do âmbito formal, racional e consciente, compartilhável entre as pessoas e que vá dar sustentação às revisões nos processos sociotécnicos e administrativos das organizações autogestionárias. A segunda remente o sujeito à construção de trocas libidinais e disposições inconscientes nas quais a economia psíquica se estrutura na sua relação com o outro, a partir de arranjos que passam por processos que entram em conflito com os modelos dessas trocas e disposições presentes no discurso social (Castoriadis, 1999).

O processo de mudança nas formas de se defender da organização do trabalho ao aderir à organização autogestionária vai demandar tanto uma mudança no âmbito discursivo formal, quanto na estruturação dos mecanismos inconscientes de defesa. Essa possibilidade de mudança na organização do trabalho dada pela autogestão não vai, no entanto, necessariamente gerar a mudança nos mecanismos defensivos psicossociais que já estão presentes no sujeito e nos grupos de trabalhadores. Como os processos defensivos estão muitas vezes atrelados a formas compulsivas de alívio de tensão frente a organização do trabalho, os mecanismos aprendidos anteriormente, tenderão a se repetir, ainda que as condições de trabalho se modifiquem (Pires, 2018).

Tal fato se mostra presente no processo de incubação de empreendimentos de economia solidária (EES) que passa, necessariamente, pela busca de ambas as mudanças. A busca por tais mudanças vão gerar no sujeito e no grupo processos de resistência que busquem manter os arranjos psicossociais já estabelecidos. Essa resistência se mostrará de diversas formas, podendo ser identificada, principalmente, pela presença de objetivos discrepantes entre as dinâmicas econômicas, materiais e sociais dos empreendimentos e as dinâmicas da economia psíquica que os empreendimentos intermediam (Pires & Silva, 2019).

A resistência aos processos de mudança possibilitados pela análise dos arranjos psíquicos já estabelecidos foi descrita na clínica psicanalítica em relação aos processos defensivos individuais a partir de cinco grupos de resistências. A compulsão à repetição (originária do id), o recalque, a transferência, o ganho secundário com doença (originários do ego) e a reação terapêutica negativa

(oriunda do superego) (Freud, [1926]1996 a). Dentre esses, a reação negativa ao tratamento possui um interesse especial ao pensarmos a resistência à mudança da organização do trabalho, pois, além de se articular de maneira mais destacada com os processos de culpabilização do sujeito decorrentes do conflito entre seu desejo, regras e valores sociais introjetados no seu psiquismo, também se configura como um elemento de destaque nos processos de negação de uma autocrítica para o fracasso na condução dos processos terapêuticos por parte dos analistas (Pereira & Migliavacca, 2016).

## 1.3. A reação negativa ao tratamento

Antes de estruturar o conceito de reação negativa ao tratamento Freud ([1916] 1996) já havia nos alertado para situações nas quais o sujeito, frente à possibilidade de realização de seu desejo (que antes lhe era impedido por elementos da realidade, agora modificada e retirados os impedimentos) cria, ele próprio, uma série de empecilhos para essa realização, marcada principalmente por um sentimento inconsciente de culpa.

Esse sentimento de culpa surge porque o desejo a ser realizado, manifesto como fantasias externas, impedido por elementos da realidade física ou social se relaciona a outro desejo interno, impedido pela realidade da dinâmica e da economia psíquica, geralmente associada a elementos edípicos. Ao ter a possibilidade de realização das fantasias externas, essas perdem seu efeito de ocultar a frustração interna, que, por sua vez, vai agir de forma a reforçar no sujeito a não consecução do desejo externo, principalmente por sensações de descrença ou de adoecimento.

O tema é retomado por Freud ([1936] 1996) em uma experiência pessoal, na qual frente à possibilidade de alcançar um antigo desejo, se vê, a princípio, em um estado de desânimo, fantasiando uma série de dificuldades para realizá-lo, e, em um segundo momento, ao vivenciar a experiência, questiona a realidade da mesma. Ele constata que, mais do que remeter às dúvidas da infância quanto à possibilidade de acesso àquelas experiências, as dúvidas que experimentara remetiam a um sentimento de que pudera superar as possibilidades que lhe era proporcionada por seus pais. A defesa frente à realização do desejo, mais do que referir ao objeto do desejo em si (fantasia externa), se referia então ao desejo de suplantar o pai (fantasia interna). Essa mudança entre as abordagens de 1916 e a de 1936 indica uma mudança na percepção inicial de um tipo de organização psíquica para um processo psíquico geral, não necessariamente associado a um quadro patológico.

Essa situação na qual o sujeito, frente à possibilidade de melhora da situação, piora seu estado psíquico, vai ser abordada em relação ao processo terapêutico sob o nome de Reação Terapêutica Negativa por Freud ([1923]1996). Ele já utilizara o termo anteriormente de maneira breve (Freud, [1918]1996) para indicar a situação de afirmação do ego do analisando diante da influência do analista (ou de qualquer figura de autoridade), por meio de uma última repetição de um sintoma depois de encontrada uma explicação e solução para o mesmo, agravando-o por um tempo.

Essa noção é revisada em 1923, na qual a rebeldia frente ao analista e a tentativa de lhe mostrar superioridade são reconsideradas pela compreensão de que aquilo a que o paciente se opõe não é somente ao analista, mas fundamentalmente à cura de sua neurose (ou seja, à tentativa de substituição dos seus mecanismos de defesa infantil por mecanismos que considerem sua situação atual). A percepção de estar doente e as ações que o sujeito cria para a confirmação dessa doença seriam decorrentes do sentimento de culpa inconsciente e se expressariam como uma impossibilidade de melhora.

Como nos mostra Mecozzi (2003) a culpa decorre da atualização, através do processo de análise, de vivências psíquicas conflitivas e do apego do sujeito a objetos marcados pela violência e falta de afetividade e ou significação. A resistência à análise, e ao processo de cura ou de superação do quadro de sofrimento no qual o sujeito se encontra, vai ser a resistência em retomar essas vivências e objetos, a partir de uma reação inconsciente de culpa que demanda uma punição. Se punir por meio da doença,

se mostra como uma forma de se defender, por meio do sofrimento, de um sofrimento maior, decorrente da retomada dessas vivências.

Como esse sentimento de culpa remete a um desejo reprimido, ele precisa ser também reprimido, sendo substituído pela percepção, na consciência, de uma sensação de adoecimento, do apego à doença e ao sofrimento, que se tornaram a barreira entre a consciência e o sentimento de culpa. Essa reação é desencadeada principalmente quando as impossibilidades de acesso a um desejo consciente e expresso na realidade, ligado a essas vivências e objetos conflitivos, são superadas, fazendo com que o sujeito reconstrua o fator que a impossibilitava (na forma da doença, estruturada como uma força que impede a autodeterminação) ou crie impossibilidades.

O tema é retomado de forma breve por Freud ([1924] 1996) principalmente na articulação entre o sentimento de culpa e a pulsão de morte a partir da perspectiva do masoquismo primário e do desligamento do erotismo desse masoquismo que criaria a especificidade de um masoquismo moral que levaria à culpa. O sentimento de culpa e o sofrimento daí decorrente não se refeririam, então, somente a conteúdos proibidos, mas se constituiriam como uma constante no sujeito, decorrente da canalização da pulsão de morte para o ego, que encontra na reação terapêutica negativa, uma de suas formas. Em uma articulação entre as diferentes discussões sobre o tema, Freud ([1930]1996) vai então delimitar duas fontes para o sentimento de culpa: o desejo que coloca o sujeito em risco, frente ao medo de uma autoridade ou perigo externo e o medo de uma autoridade interna, representada pela internalização dos julgamentos morais pelo superego.

No entanto, a presença do sentimento de culpa, sendo um processo formador do sujeito, não explicaria, por si só a eclosão da resistência negativa ao tratamento. Da mesma forma, o acesso a conteúdos conflitivos, também não seria explicação suficiente, pois, embora remeta a um processo de resistência em relação à análise, poderia se referir a todos os outros processos de resistência. Nesse sentido, é interessante notar que, nesses sujeitos onde o sentimento de culpa é grande, é a partir da ação do terapeuta de indicar uma melhora, ou do desvelamento de um sintoma que permita o avanço do sujeito na busca de seus objetivos, que a reação terapêutica negativa vai ocorrer (Freud, [1933]1996).

Essa indicação de melhora por parte do analista é interpretada pelo paciente como uma intrusão, frente a qual essa precisa se defender, pois retoma no sujeito elementos conflitivos na estruturação da percepção do sujeito em relação à alteridade (eu/não eu), que vão levar ao direcionamento das pulsões destrutivas do superego para o ego, desestruturando-o, ao mesmo tempo em que lhe demanda um ordenamento. O sentimento de culpa inconsciente que decorre do direcionamento das pulsões destrutivas ao ego é percebido como uma desordem ou um adoecimento em função das demandas de organização colocadas pelo próprio superego que gerou essa desorganização egóica tanto na reação terapêutica negativa quanto nos arruinados pelo êxito (Pereira & Migliavacca, 2016).

### 1.4. A tentativa de saída da reação negativa ao tratamento por meio dos pactos denegativos

A partir do exposto acima, podemos então perceber que a piora do quadro clínico do paciente se configura não só como uma reação do paciente aos seus conflitos internos, mas como um ataque direto à terapia, e por extensão, ao terapeuta. Como nos mostra Damous (2011), tal situação coloca o terapeuta frente a duas possibilidades. A primeira sendo uma tentativa de transformação do sentimento de culpa inconsciente em uma culpa consciente, e um longo processo de elaboração, extremamente difícil, em função da necessidade de oposição de uma força libidinal tão grande quanto as pulsões destrutivas em jogo, para que tal processo encontre continuidade. A segunda é um conluio entre o analista e o paciente, no qual, para manter a situação analítica, as ações interpretativas sentidas como uma intrusão às

manifestações inconscientes do sujeito vão sendo substituídas por processos de construção em análise, nos quais o analista se coloca enquanto construtor de uma realidade, mas não como um desvelador das manifestações do próprio paciente.

Ocorre, então, uma aceitação do analista em ser negado pelo sujeito em sua função, ainda que tal aceitação ocorra com a mobilização também no analista de toda uma série de defesas. Uma tendência nesse sentido é que a manutenção do vínculo analítico se estruture a partir do que Kaës (2016a) chamou de Pacto Denegativo, ou seja, de um arranjo constituído para assegurar as necessidades defensivas do analista e do analisado, e que possibilite a formação e manutenção de um vínculo entre eles, sendo necessário o recalque ou a recusa dos conteúdos conflitivos entre ambos. Com este pacto, o processo de análise passa a manter fora dos conteúdos analisados os ideais e identificações comuns que o analista vai possuir com o analisado, fornecendo a ele um suporte para suas reações defensivas. Essas reações defensivas, no entanto, vão se estruturar em relação à realidade intrapsíquica e em relação à realidade exterior do sujeito, na sua relação com seus grupos e instituições de pertença. A força desses mecanismos defensivos, vão se referir então não só à dinâmica intrapsíquica que seria abalada por sua revisão, mas também a toda uma série de vínculos sociais e afetivos. (Kaës, 2016b).

Além disso, Castanho (2015), nos chama a atenção para a dimensão alienante desses pactos denegativos, que, além da alienação do sujeito via processo de negação de seus conflitos internos expressos na relação com o outro, também remente à estruturação de tabus que ampliam a dinâmica denegativa para o âmbito social, criando regras no desenvolvimento institucional da análise. O processo de negação dos conflitos, além de um arranjo entre paciente e analisando, igualmente vai estruturar posições ideológicas marcadas por interpretações e regras sociais baseadas em ocultamentos e negações de elementos estruturante da relação entre os sujeitos. Estas negações, por sua vez, vão se ancorar nas estruturas das organizações e das instituições (Silveira *et al*., 2020).

Kaës (2016b) nos mostra a semelhança entre a adoção dessas posições ideológicas, decorrentes dos pactos denegativos e a reação terapêutica negativa, na medida em que coloca a prova a capacidade do terapeuta de manter a sustentação do processo de análise. Como no pacto denegativo as diferenças entre analista e analisado são negadas, deixadas de fora do campo de análise, a função do analista se torna a função de sustentar as posições defensivas do analisado. No entanto, ao fazer isso o analista vai, por um lado, reforçar os elementos repressivos que geraram a negação dos conteúdos conflitivos, e por outro, se coloca em um lugar de sustentador de um discurso alheio ao sujeito, que o invade e o impede de elaborar e dizer sobre si. Como essa relação se estabelece dentro do contexto grupal, a negação dos elementos conflitivos vai se direcionar não só para os elementos psíquicos, mas também para as diferenças sociais e culturais entre os sujeitos e aos lugares de poder daí decorrente.

Essa dimensão social intrínseca dos pactos denegativos (Kaës, 2016b) nos remete ao questionamento das diferentes possibilidades de conformação desses pactos para além do contexto institucional dos consultórios/psicoterapia. Nesse sentido ideologia igualitária presente no discurso da Economia Solidária (Enriquez, 2005), e, por conseguinte nas Incubadoras Universitárias, como um exemplo dessas possibilidades. Nela, consideramos que a disponibilização do espaço de fala onde são denegadas as diferenças, ainda que voltado para o questionamento de conflitos, vão permitir que apenas conflitos menores ou substitutivos emerjam. Porém, frente à emergência do conflito central sujeito-organização é contraposta uma série de medidas defensivas, que permitam a manutenção da segurança e da identidade de cada um e dos membros com o grupo.

Como nos mostra Enriquez (1991) quando o sujeito é colocado frente à fala de seu desejo e a intervenção do analista, pactuado com as posições ideológicas da organização, que ocorre a partir de um desejo de cura (do conflito do sujeito com a organização), pode-se provocar uma reação terapêutica negativa. Abre-se então as portas, já que o sujeito resiste em corresponder às expectativas do analista, para as pulsões autodestrutivas que reforçam sua resistência a essa tentativa de ser dito por um desejo ou pelos ideais do outro. O desejo do sujeito, que se afirma por meio do trabalho real, vai ser vivenciado

então a partir de um sentimento de culpa, pela transgressão que realiza em relação à proposta formal estabelecida pela organização.

A tentativa de saída da reação negativa ao tratamento por meio dos pactos denegativos, se mostra então como um processo falho, pois, sua busca por ocultamento dos conteúdos conflitivo por meio da denegação desses conteúdos, criará outras formas de resistência a qualquer momento que se tente fazer algo que não sustentar essa ocultação. As indicações de melhora, (que são o motivo da existência da análise) ou o questionamento das manifestações do desejo dos sujeitos expostos no seu trabalho que possam desestruturar os objetivos da instituição, poderão ser sentidas como uma intromissão à estruturação psíquica do sujeito (ou do grupo/instituição), o que retomará a resistência ao processo de análise na forma da reação negativa ao tratamento. A busca da disponibilização dos elementos libidinais necessários para o contraponto às pulsões destrutivas direcionadas para o ego do sujeito (ou da instituição) se mostram então como a única opção sustentável para fazer frente a esse tipo de resistência.

A partir da discussão exposta acima, propomos então com o presente artigo, apresentar a análise de caso de um empreendimento em economia solidária (EES) que passou por um processo de incubação na Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da Universidade Federal da Grande Dourados (ITESS/UFGD), que, após passar por um período de análise e encaminhamento para solução das dificuldades para sua formalização, passa por um período de intensa desestruturação, marcada por processos de auto destrutividade e manifestações de culpa, que levaram à interrupção de suas atividades. O caso foi analisado a partir da perspectiva de uma resistência ao processo de incubação análoga à Reação Negativa ao Tratamento dentro do contexto institucional das incubadoras universitárias de economia solidária, que denominamos como Reação Negativa ao Processo de Incubação.

## 2. Método

O presente artigo se baseia no método de intervenção psicossociológica, que fez parte do processo de incubação de um empreendimento de economia solidária dentro do âmbito de uma incubadora universitária, caraterizado como um projeto de extensão. Dentro de tal perspectiva, como nos mostra Mata-Machado (2010) os conhecimentos produzidos se caracterizam por serem construídos conjuntamente entre o operador do processo de intervenção e os membros do grupo e ou da instituição no qual a intervenção ocorre, com o intuito de pensar formas coletivas de pensar e agir. No entanto, além dos processos psicossociais presentes na estruturação e dinâmicas que direcionam o grupo para a consecução de seus objetivos, podem ser observadas como subjacente a todo processo de intervenção, também as resistências e as relações transferenciais entre o operador e o grupo/organização, buscando a emergência de sentidos não pré-estabelecidos.

Dentro dessa perspectiva, o presente estudo não pretende se localizar dentro de um quadro tradicional de pesquisa no qual se objetiva isolar situações ou fenômenos sociais, mas, enquanto análise de caso, identificar e buscar atribuições de sentido para fenômenos emergentes no processo de intervenção clínica dentro do contexto social. No caso em questão, o que se pretende analisar, como objeto do artigo, é a resistência que emergiu ao processo de incubação, a partir da analogia entre o formato da resistência presente na reação terapêutica negativa e uma resistência ao processo de incubação, que poderia a título provisório, ser denominada reação negativa à incubação.

## 2.1. Descrição do empreendimento

O EES participante do processo de incubação já existia sete anos antes do início do processo. Contando com membros com boa qualificação profissional e inserção já estruturada no meio artístico regional, o empreendimento não demandava capacitação técnica para desenvolvimento de suas atividades nem para pensar o nicho de negócios. A demanda para o processo de incubação se direcionava principalmente para a formalização do empreendimento, que, atuando informalmente, não tinha acesso direto a editais culturais ou a financiamentos de empresas.

A estrutura do EES se caracterizava pela presença de grupos autônomos entre si ligados de maneira pouco estruturada com uma administração central, da qual eles poderiam fazer parte, mas que de fato se concentrava na mão de poucas pessoas, nem tanto por disputas de poder, mas mais por negação em assumir responsabilidades na resolução de problemas que não fossem específicos de seus grupos. Sendo um polo de fomento de cultura e de ativismo político, principalmente em relação a questões de gênero e em defesa e promoção cultural de etnias indígenas locais, englobava diferentes áreas de produção cultural e artísticas. Essas áreas eram divididas em setores, autônomos entre si, e em alguns setores, como no caso do teatro, existindo mais de um grupo, também autônomos entre si.

As rendas aferidas com as atividades dos grupos também eram destinadas majoritariamente para esses e para seus membros, não havendo repasses de percentuais significativos para o EES. O empreendimento funcionava então mais como um espaço de desenvolvimento de projetos e ensaios, sendo a execução das atividades realizada pelos grupos de forma independente. A principal contribuição dos grupos para o EES ocorria por meio dos Saraus, que integravam diversas atividades artísticas, com contribuições dos membros nas suas atividades artísticas ou em atividades de apoio ou pelo pagamento do uso de alguns espaços ou equipamentos. Além disso, o EES também funcionava como residência artística, o que lhe gerava alguma renda esporádica.

Embora existisse também liberdade de participação nas atividades de gestão, esta ficava concentrada em um grupo menor de pessoas, que se responsabilizavam pela manutenção do EES. A distribuição das funções nas atividades coletivas e da realização de trabalhos ou de utilização dos espaços do EES eram definidas por acordos informais entre os membros a partir de vínculos de confiança ou amizade ou de princípios morais, mas sem uma estrutura formal de regulação.

# 3. Resultados

Para melhor visualizar os resultados do processo de incubação os dividimos em dois momentos. O primeiro descreve dados resultantes da análise das atividades realizadas, e da estrutura implícita de organização do trabalho e gestão do empreendimento. Neste, procuramos resumir os dados de dois trabalhos já publicados anteriormente (Pires & Jesus, 2018; Pires & Silva, 2019). Além da dinâmica econômica do EES é descrita também a análise da emergência de criação de valores relacionais, sua competição com os valores destinados à comercialização e sua integração como atividade do EES. No segundo grupo descrevemos os resultados do processo de incubação, relacionados mais especificamente às manifestações de culpa e ações de desestruturação do EES, que associamos a um movimento de resistência ao processo de incubação nos moldes da reação negativa ao tratamento.

## 3.1. Atividades de Incubação

A primeira ação do processo de incubação foi o diagnóstico dos problemas na organização da produção que poderiam estar associados à dificuldade de formalização do EES. Para a efetivação dessas ações foram realizadas três atividades principais. Entrevistas individuais fora da atividade do trabalho, nas quais se buscava perceber a construção de sentido dos membros sobre sua relação com o EES e com

o trabalho como artista. Observação de campo, na qual os membros do EES eram observados no processo de trabalho, a partir da perspectiva denominada "conversa ao pé da máquina" (Carvalho & Pires, 2004), onde se buscava a construção do sentido do trabalho que o trabalhador elabora no próprio ato do trabalho.

As entrevistas e observação de campo ocorriam todas as semanas, em dias variados, em função da presença dos membros no EES ou da realização de atividades de trabalho. As informações obtidas nessas duas ações, por sua vez, eram levadas para as discussões de grupo com os membros do EES que ocorriam em média a cada três semanas, onde nossas interpretações eram expostas e discutidas com o grupo, buscando uma construção de sentido sobre essas atividades construídas de forma compartilhada entre os membros do EES e a equipe de incubação, conforme indicado por Mata-Machado (2010). Nessas análises foram encontrados dois problemas principais que levavam à dificuldade de formalização do EES: a primeira, referente à dificuldade de regulação das dinâmicas econômicas desenvolvidas no EES dentro de uma estrutura jurídica específica que possibilitasse a manutenção do arranjo produtivo pré-existente e a segunda, a resistência à mudança na dinâmica de regulação dos investimentos afetivos dentro do grupo e da organização que intermediava a relação entre os membros.

Os primeiros se relacionavam à dinâmica interna de organização a partir de grupos autônomos e à sazonalidade de projetos, o que levava os membros dos grupos a desenvolverem atividades profissionais paralelas (individualmente ou em outras instituições culturais) às desenvolvidas por intermédio do EES. Tal fato levava à dificuldade em definir quais ganhos eram decorrentes das atividades do EES e quais eram decorrentes das atividades paralelas, e era fonte de constantes conflitos.

A opção que pareceu mais se adequar ao processo de formalização foi o da figura jurídica da associação por possibilitar maior flexibilidade de organização interna. Porém, mesmo com essa maior flexibilidade, a dinâmica entre os grupos autônomos e o EES precisariam ser revistas, principalmente no que diz respeito a uma maior formalização da relação entre o EES e os grupos autônomos. Isso levantou receios de que o EES se transformasse numa produtora cultural, e os grupos em seus clientes. Iniciou-se, então, a discussão com os membros do EES sobre as possibilidades de repensar essa relação de forma a buscar soluções que permitissem tanto a manutenção da autonomia dos grupos quanto a definição mais formal entre esses e o EES, o que seria estabelecida na estruturação de um regimento interno.

Esse processo de discussão se viu marcado por uma série de protelações, materializadas em discussões intermináveis sobre detalhes, dúvidas que eram sanadas em uma reunião e que reapareciam na reunião seguinte, ações práticas que nunca eram tomadas, entre outros. Foi verificada a capacidade para compreensão e solução dos problemas encontrados, além da não demonstravam oposição aparente à realização das atividades ou às opções escolhidas, sendo que a busca da formalização foi mantida e percebida como um ganho para todos, pois permitiria que o EES intermediasse de maneira mais efetiva o acesso a recursos para os grupos e para si próprio.

Foi então realizada uma análise dessas resistências e percebeu-se que, além de intermediar relações artísticas e econômicas, o EES também era um importante espaço de elaboração psíquica e de sociabilidade entre os membros, possibilitando trocas identitárias, afetivas e existenciais. Iniciou-se um processo de identificação dessas trocas e de sua caracterização enquanto um dos bens a serem produzidos pelo EES.

Tais resistências foram analisadas e mais detalhadamente descritas em Pires e Silva (2019). Elas se caracterizavam principalmente pela emergência do que os membros do EES denominaram durante o processo de análise como "Sociabilidades Criativas", espaços de interação que permitissem trocas de conhecimentos, trabalho e vínculos afetivos. Partindo da consideração de que, apesar de na autogestão os trabalhadores possuírem maior possibilidade de intervenção na organização do trabalho, essas

possibilidades mantêm-se limitadas por elementos de cunho técnico ou mercadológico. Frente essas limitações, no entanto, se opõe o desejo dos trabalhadores que encontra na autogestão um espaço mais flexível de manifestação.

Como entrava em contradição com essas demandas de mercado, as "Sociabilidades Criativas" se manifestavam como sintoma, solução de compromisso inconsciente de demandas aparentemente contraditórias, ações percebidas como não pertencentes aos sujeitos e identificadas como azar, maldições, perseguições externas, entre outros. Esses desejos endereçados ao EES, agrupados na noção de Sociabilidades Criativas, foram, então, destacados e discutidos com o grupo, onde se construiu sua articulação como um produto do EES, sujeito a trocas, não dentro de uma perspectiva mercantil capitalista, mas dentro de uma economia da dádiva, o que mantinha as regulações já presentes no EES, mas agora de maneira clara e explicitada na sua diferença em relação aos produtos destinados ao mercado (Pires & Silva, 2019).

Com essas ações, a maior parte das dúvidas e conflitos internos, se não totalmente sanados, já haviam sido objeto de reflexão. Da mesma forma, os passos para uma maior formalização jurídica e administrativa do EES já haviam sido identificados, discutidos e definidos. Foi verificada a clareza quanto ao que precisava ser feito e começaram as ações para realizar a formalização. Nesse momento, a bolsista do projeto, ligada à psicologia, que acompanhava o empreendimento nesse processo de diagnóstico, foi substituída por um aluno do curso de teatro, que já era formado em contabilidade, em função da competência técnica mais adequada às demandas da formalização, e em função de ser um dos membros do EES.

Pretendia-se assim que tanto a qualificação para o processo de formalização quanto às informações referentes a esse processo já estivessem presentes no EES, dando-lhes mais autonomia em relação à incubadora, preparando-os para o término do processo de incubação. Além disso, o professor responsável pelo acompanhamento da maior parte das ações da área da psicologia foi substituído por um professor da área de ciências contábeis, também em função das demandas técnicas necessárias para aquela etapa do projeto, embora o acompanhamento por parte da psicologia continuasse, mas de maneira mais esporádica.

### 3.2. Emergência de sentimentos de culpa e ações de desestruturação do EES

A retomada do processo de formalização, a princípio, correu bem, com o estatuto e o regimento interno sendo elaborados. Foram identificadas as ações necessárias para a formalização jurídica e definidos os papéis cada membro do EES e da equipe de incubação. No entanto, após um curto período, novas protelações começaram a surgir. Definições já estabelecidas começaram a ser questionadas, surgiam dúvidas em relação a elementos sobre os quais já se tinha clareza, ações planejadas não eram realizadas sem um motivo identificável mesmo para os próprios membros do EES, que se sentiam, de maneira geral, desanimados e desesperançosos.

A hipótese explicativa inicial foi que os conflitos referentes às dinâmicas econômicas entre grupos autônomos e o EES, ou o conflito entre as dinâmicas econômicas de base capitalista e de base na Dádiva pudessem não ter sido resolvidos como pensávamos. No entanto, nas discussões com os membros do EES essas questões pareciam não se configurar como um problema. Além disso, começaram a emergir outras questões, relacionadas a processos de autorrecriminação e sentimentos de culpa, além de uma série de problemas com agentes externos, que não ocorriam antes.

Esses sentimentos geralmente estavam associados a questões familiares como relações parentais ou o fato da adesão ao EES gerar problemas econômicos para suas famílias. Um exemplo nesse sentido foi a descrição do sentimento de um dos membros do EES em função de que suas ações poderiam ser realizadas nos empreendimentos de sua família, que também era da área cultural. Estar atuando no EES gerava o sentimento que estava deixando seus familiares abandonados. Esse fato levou a narrativa de

outros conflitos familiares, todos associados a sentimentos de culpa e autodepreciação. Embora de maneira menos intensa, o tema emergia também nas entrevistas com outros membros e nas reuniões de grupo, com manifestação de sentimentos de culpa e autodepreciação semelhantes.

É interessante destacar que o EES se configurava como um espaço que fornecia um suporte social para enfrentamento aos valores familiares e do entorno social da maior parte dos seus membros, permitindo espaços mais livre para elaborações identitárias, afetivas, políticas e estéticas (Pires & Silva, 2019). Essa configuração como espaço de enfrentamento, sempre aparecera anteriormente como algo positivo, a ser defendido e como parte do sentido do EES. A dimensão conflitiva que emergia agora não se relacionava mais a dinâmicas de funcionamento do EES, mas em contraposição ao próprio EES.

Uma série de eventos problemáticos começou então a se repetir. Os primeiros estão relacionados a furtos que, embora já houvessem ocorrido antes, se ampliaram, se concentrando principalmente em relações a elementos necessários para o trabalho, como computadores, HDs externos e pen-drives, atribuindo culpa por tais furtos à vizinhos e parceiros de projetos. Essa acusação a parceiros já ocorria anteriormente, mas relacionadas a roubo de projetos, ou do mérito na elaboração desses projetos, em função das parcerias que precisavam ser realizadas para acessar recursos de editais.

A mudança na configuração desses roubos, agora de equipamentos físicos, mudou também essa perspectiva interpretativa, pois o que era roubado agora não era mais a visualização pelos projetos, mas, na fala dos membros, as próprias memórias das ações do EES, que estavam presentes nos notebooks, pen-drives e HDs externos roubados. Nesse sentido é interessante notar a função dessa memória e da gestão dos arquivos a que elas remetem na construção da legitimidade dos empreendimentos culturais. Segundo Carvalho e Pires (2019), a sustentação dos arquivos enquanto processos dinâmicos de construção de narrativas e legitimações dos empreendimentos configuram-se como ações centrais das lideranças culturais. A destruição desses arquivos se constituía então como uma destruição tanto da legitimidade das lideranças, quanto das narrativas de legitimação da existência do próprio empreendimento.

Além disso, o EES começou a se envolver com episódios de violência. Os primeiros associados a brigas nos saraus ou na realização de atividades culturais com presença de público externo. Essas brigas eram muito raras anteriormente, no entanto ocorreram dois episódios em um curto espaço de tempo durante essa etapa do processo de incubação. A sensação dos membros do EES sobre esses fatos era de preocupação, pois sentiam sua integridade física ameaçada pelas atividades do empreendimento. Havia também um segundo tipo de violência: o empreendimento cumpria uma importante função na valorização e divulgação de elementos de cultura indígena na região, principalmente de mulheres indígenas, e essas ações já haviam gerado ameaças a membros do EES. Nesse mesmo período essas atividades foram intensificadas, com a presença cada vez maior dos indígenas na sede do EES.

É importante ressaltar que essas ações ocorreram dentro do quadro pré-eleitoral, de 2018, onde se intensificaram as ações de violência contras indígenas no Brasil, e mais ainda em uma cidade com uma das maiores taxas de assassinatos e de violência contra indígenas do país. O EES passa então a realizar ações cada vez mais abertas e pontuais de questionamento a essa violência. Nesse quadro, durante uma noite, a sede o EES foi alvo de um ataque por parte de pistoleiros, que alvejaram a fachada do EES com vários tiros. Após esse incidente, o EES suspendeu provisoriamente suas atividades, e as ações de incubação foram interrompidas.

Cabe destacar aqui que a interpretação dessas últimas ações a partir de uma perspectiva de auto desestruturação só se efetua em função do quadro geral apresentado, e de se constituir como uma repetição de outras ações, com a mesma finalidade. A ação de enfrentamento a situações de injustiça social, ainda que causadora de conflitos e ameaças para a instituição que possa lhe ocasionar perseguição violenta não é, por si só, em hipótese alguma, algo a ser compreendido como uma

autopunição ou como resistência a um processo de mudança. Essas ações já ocorriam anteriormente, porém, sua intensificação, em detrimento de outras atividades do EES, e o quadro na qual essa intensificação ocorre, onde outros elementos de culpa, desagregação das atividades e desânimo, indicariam um quadro mais amplo onde essas ações podem ser interpretadas a partir de uma perspectiva de uma autopunição.

### 3.3. Interpretação sob a perspectiva da reação negativa ao tratamento

Durante o período de sete anos passados desde a criação do EES, uma série de modificações ocorreram no empreendimento que passou por diferentes ênfases nas suas atividades, no seu modelo de organização e nos participantes que o compunha. Mas, para além do empreendimento, também houve mudanças para seus membros. Dos que iniciaram o empreendimento, ainda jovens estudantes, boa parte deles já precisavam arcar com compromissos financeiros, sociais e familiares, que não eram preocupações tão prementes anteriormente.

Essas novas preocupações levaram a uma demanda de maior profissionalização do EES, que, já detentor de conhecimentos técnicos consideráveis e experiência na elaboração e execução de projetos ainda estava limitado em função de sua estruturação informal, tanto do ponto de vista jurídico, quanto nas relações internas entre os membros e em relação à divisão de atribuições, responsabilidades e ganhos. Porém, com a possibilidade concreta de retirada dessas limitações, o sonho de um exercício profissional como artista dentro de um contexto organizacional autogestionário, começou a ser questionado.

Tal questionamento, a princípio, se mostrava como desânimos, incompreensões ou atos que levavam a situações de perigo para o EES e seus membros. Nas entrevistas individuais, essas sensações de desânimo e questionamento emergiram como associadas a sentimentos inconscientes de culpa, principalmente em relação a compromissos familiares, que se expressavam tanto em relação aos pais, quanto em relação aos cônjuges e filhos. Essa interpretação, quando foi exposta ao grupo, já no contexto da análise da reação negativa ao tratamento e das falas que se repetiam sobre a relação entre o sentimento de culpa e seus familiares, foi ao mesmo tempo aceita e fonte de novas reflexões, mas também motivos para acirramento das defesas. Porém, a tomada de consciência desse sentimento de culpa não se mostrava suficiente para que ele fosse elaborado.

Como esse sentimento de culpa se mostrava associado a pulsões destrutivas, direcionadas ao próprio ego dos membros e ao EES, de maneira geral, a tomada de consciência em si se configurava somente como uma parte do processo. A atividade necessária a ser realizada, e que não ocorreu, foi justamente a busca de liberação de pulsões libidinais que pudessem fazer frente a essas pulsões destrutivas, por meio da reconfiguração da dinâmica afetiva dentro do EES.

Na identificação das dinâmicas de produção do EES, onde se percebeu a função das Sociabilidades Criativas como produto principal do EES (pois era realizado em detrimento dos outros), já estava implícito seu papel na organização dessa dinâmica de investimento libidinal entre os membros, que possibilitava que essas demandas morais internalizadas das figuras parentais e da sociedade na qual eles se encontravam localizados pudessem ser enfrentadas. A percepção construída *à posteriori* é que a demanda que nos foi direcionada com o pedido de formalização, e que não foi escutada, se referia então muito mais a uma demanda de reestruturação dessa dinâmica libidinal, que devido às mudanças nas condições dos membros não funcionava mais tão bem para fazer frente aos ataques das pulsões destrutivas.

As ações de busca de formalização desenvolvidas pelo processo de incubação, não só não auxiliaram nessa busca de um novo arranjo libidinal entre os membros, como também desestruturou o arranjo anterior, retirando a pouca oposição libidinal ainda existente frente às pulsões destrutivas. As ações de enfrentamento dos valores parentais e sociais possibilitadas pelo EES passaram então a ser mais

intensamente vivenciadas a partir de um sentimento inconsciente de culpa, que gerou, por sua vez, desinvestimento nas ações da incubação e ações de autossabotagem, que interpretamos, em analogia à reação negativa ao tratamento, como uma reação negativa à incubação.

## Conclusão

Abordar a Economia Solidária e os processos autogestionários de organização do trabalho a partir dos fenômenos psíquicos inconscientes nos remete a considerações que podem parecer inauditas, e até mesmo, desarticuladas com a produção mais geral sobre o tema. No entanto, essas considerações nos mostram como os fenômenos relacionados à Economia Solidária e ao processo de incubação dos EES podem ser mais amplos que se supõe.

O fato de se referenciar em discussões pouco usuais, também nos remete a conceitos que são pensados, em grande parte, em analogia a conceitos ou áreas de aplicações mais desenvolvidas, como a clínica psicanalítica ou à psicossociologia das organizações. Discussões como a realizada acima estão em um quadro de construção conceitual e metodológica que precisa ser compreendido dentro de sua limitação e necessidade de constante revisão e vigilância epistemológica. No entanto, também remete a uma série de possibilidades de interpretação que ainda não estão presentes no discurso geral sobre a economia solidária e que poderiam promover um refinamento das ações de fomento, além de permitir construção de ambientes de trabalho onde a saúde mental dos trabalhadores possa ser mais bem atendida.

As vivências conflitivas em relação à economia capitalista e em relação aos mecanismos defensivos e de resistência à exploração, construídos para fazer frente a esse modelo econômico coloca, os que se propõem a buscar na economia solidária uma alternativa de vida e de trabalho, situações onde tais vivências podem, se não elaboradas, criarem problemas tanto para o sujeito quanto para o empreendimento. Uma dessas possibilidades, o sentimento de culpa inconsciente, se mostra como um fenômeno constante, pois remete diretamente a essas vivências conflitivas inerentes à economia solidária. Entender melhor sua manifestação e impactos na organização do trabalho autogestionário e em processos de fomento a essa organização, como no caso das incubadoras, pode gerar um importante auxílio na superação de dificuldades a esses processos.

## Referencias bibliográficas


Carvalho, R. & Pires, S. (2004). Para além dos aspectos econômicos da economia solidária. Em Gaiger, L. (ed.), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil* (pp. 189-228). UFRGS Editora.

Carvalho, R. & Pires, S. (2019). Perfil das lideranças em gestão cultural: um recorte no eixo da produção brasileiro. *Revista do Observatório do Itaú Cultural*, *26*, 142-161. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/obs26_issuu.

Castoriadis, C. (1999). *Feito a ser feito: As encruzilhadas do Labirinto V*. Rio de Janeiro, Brasil: Ed. Lamparina.

Castanho, Pablo. (2015). O conceito de alianças inconscientes como fundamento para o trabalho vincular em psicanálise. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, *6*(2), 92-112. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000200007&lng=pt&tlng=pt.

Damous, I. (2011) *A lógica do desespero nos casos limites: uma faceta da depressão na contemporaneidade*. [Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34679/34679_1.PDF.

Dejours, C. (2013). A sublimação entre o sofrimento e o prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise, 33*(2), 9-28. Disponível em: https://docplayer.com.br/24920304-A-sublimacao-entre-sofrimento-e-prazer-no-trabalho-1.html.

Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (2004). Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Em Lancman, S. & Sznelwar, L. (eds.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 70-75). Rio de Janeiro, Brasil: Ed. Fiocruz.

Enriquez, E. (1991). O trabalho de morte nas instituições. Em, Kaes, R., Bleger J., Fornari, P., Fustier R., & Vidal P. (eds.), *A instituição e as instituições: Estudos Psicanalíticos*. Belo Horizonte, Brasil: Ed. Casa do Psícólogo.

Enriquez, E. (2005). Psicanálise e Ciências Sociais. *Ágora, 8*(2), 153-174. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/agora/v8n2/a01v8n2.pdf.

Freud, S. ([1910]1996). Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci. Em *Edição standard brasileira*, vol.11 (pp. 67-141). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1916]1996). Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. Em *Edição standard brasileira*, vol.14 (pp.321-348). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1918]1996). História de uma neurose infantil. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol.17 (pp. 15-129). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1923]1996). O Ego e o Id. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 19 (pp. 13-85). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1924]1996). O problema econômico do masoquismo. Em *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 19 (pp. 173-199). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1925]1996 a). Uma nota sobre o "bloco mágico". Em *Edição standard brasileira*, vol. 19 (pp. 253-262). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1926]1996 b). Inibições, sintomas e ansiedade. Em *Edição standard brasileira*, vol. 20 (pp. 79-171). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1930]1996). O mal-estar na civilização. Em *Edição standard brasileira*, vol. 21 (pp. 65-148). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1933]1996). Novas conferências introdutórias (Conferência XXXII – Ansiedade e vida instintual). Em *Edição standard brasileira*, vol. 22 (pp. 85-112). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1936]1996) Um distúrbio de memória na Acrópole. Em *Edição standard brasileira*, vol. 22 (pp. 235-245). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Freud, S. ([1939]1996). Moisés e o monoteísmo. Em *Edição standard brasileira*, vol. 23 (pp. 15-150). Rio de Janeiro, Brasil: Editorial Imago.

Kaës, R. (2016). A ideologia é uma posição mental específica. Ela nunca morre (mas se transforma). *Jornal de Psicanálise, 49*(91), 207-224. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v49n91/v49n91a19.pdf

Kaës, R. (2016). As alianças inconscientes. São Paulo, Brasil: Ed. Ideias e Letras.

Mata-Machado, M. (2010). Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, *5*(2), 175-181. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Mata_Machado.pdf.

Mecozzi, B. (2003). *O Perigo de curar-se*. São Paulo, Brasil: Ed. FAPESP/Via Lettera.

Meira, F., & Freitas, M. (2012). Identidade pelo avesso: a economia solidária no contexto das alternativas. *Organização e Democracia*, *12*(2), 21-38. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/1725.

Pereira, D., & Migliavacca, E. (2016). Reflexões sobre a reação terapêutica negativa. *Alter: Revista de Estudos Psicanalíticos*, *34*(1/2), 293-305. Disponível em: http://www.spbsb.org.br/site/images/Novo_Alter/2014_2015_2016/Reflexoes.pdf.

Pires, S. (2017). Empreendimento, comunidade e território: três objetos de incubação em economia solidária. *Realização*, *4*(8), 46-66. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/6883

Pires, S. (2018). Perlaboração de mecanismos defensivos em relação ao trabalho em empreendimentos de Economia Solidária. *Desenvolve: Revista de Gestão Unilassalle*, *7*(1), 39-53. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/3869.

Pires, S., & Jesus, M. (2018). *Resistência à formalização de um EES no ramo da cultura: análise de caso*. Anais do I Conferência Internacional RILESS-EMES, São Leopoldo, Brasil, maio. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329254529_Resistencia_a_formalizacao_de_um_EES_no_ramo_da_cultura_analise_de_caso.

Pires, S., & Silva, A. (2019). O desejo como sintoma na economia solidária: uma perspectiva psicossociológica. *PerCursos*, *20*(44), 280-303. Disponível em: http://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620442019280/pdf

Pires, S., Couto, G., Alves, A. (2013). Constituição dos mecanismos de defesa psíquicos e sociais no trabalho autogestionário. Em Vasconcelos-Silva, A., & Bueno, M. (eds.), *Novas concepções sobre organizações e trabalho* (pp. 158-170). De São Paulo, Brasil: Ed. UFG.

Silveira, F., Fernandes, M., & Gaillard, G. (2020). Contribuições de René Kaes para a epistemologia da psicanálise. *Ágora*, *23*(1), 39-48. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982020000100039&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt